

A PAZ COMO “PROCESSO”! PROJETO ESTADUAL AGENTE DA PAZ

Idéias, aportes e ações parceiras

Sandra Mári Córdova D’Agostini*

Coordenação do projeto: Associação dos Magistrados Catarinenses — Departamento da Família, Idoso, Infância e Juventude — Comissão Estadual Pró-Infância e Juventude.

1 RESUMO

Este trabalho tem como fio condutor o Projeto Estadual Agente da Paz, de iniciativa da Comissão Estadual Pró-Infância e Juventude da Associação dos Magistrados Catarinenses, que vem sendo desenvolvido em parceria com outras instituições públicas e privadas, a partir das redes de ensino estadual, municipal e particular, em algumas comarcas do Estado. O objetivo é apresentar, nessa nova edição do Estatuto da Criança e do Adolescente – colocada à disposição da população pelo Tribunal de Justiça do Estado –, alguns pontos temáticos e ações desenvolvidos com maior detalhamento, tanto na proposta macro do Projeto quanto no Projeto de Seminários Regionais de “Formação de Multiplicadores” – esse último como consequência daquele – que vem

* Sandra Mári Córdova D’Agostini, autora deste artigo, é pedagoga da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, especialista em violência doméstica pela USP, mestranda em gestão de políticas públicas e Coordenadora Pedagógica do Projeto Estadual Agente da Paz. Participaram como revisores desta comunicação Sônia Maria Mazzetto Moroso, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude de Balneário Camboriú, Presidente da Comissão Estadual Pró-Infância e Juventude da Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e Coordenadora-Geral Estadual do Projeto Agente da Paz, e Ricardo Luis Dell’Agnolo, Promotor de Justiça da Curadoria da Infância e Juventude de Balneário Camboriú. O Projeto Agente da Paz na íntegra, seu histórico, suas bases teórico-legais fundantes, suas parcerias e desenvolvimento até o presente momento, está disponível no site: www.amc.org.br.

atender ao eixo enfocando o tema “Por uma Nova Cultura de Paz, apoiado nos princípios e pressupostos da Educação para uma cultura de paz e não-violência” (ONU/Unicef). Também se faz um esforço no sentido de realizar um balanço da trajetória das ações, práticas e políticas que nortearam e desencadearam campanhas, projetos e programas em todo o mundo, que têm como “idéia-força” a Paz, a partir da última década do século passado. Destacam-se algumas de suas novas tendências, pedras-angulares, áreas temáticas, práticas, além de inovações no campo da educação formal e as articulações com a educação não-formal, a partir de uma leitura inter/transdisciplinar e interinstitucional.

2 CAMINHOS DE PAZ! GÊNESE DA IDÉIA E CENÁRIO INTERNACIONAL

Múltiplos dirigentes e estudiosos globais têm chamado a atenção para o fato de que o século XX terminou com um balanço calamitoso, levando alguns, até mesmo, a intitulá-lo “século assassino”. No trágico balanço de seres humanos mortos pelo ódio do século, pesam os crimes cometidos contra os que foram eleitos como inimigos apenas por serem, crerem ou pensarem de forma diferente. Após a Segunda Guerra Mundial, foi concebido um vocábulo próprio para defini-los: genocídio. Esse entrou no glossário dos horrores da humanidade contemporânea. Nos crimes por genocídio, é encontrado o extermínio de muitos povos. Em um século de tais crimes, “16 a 17 milhões de pessoas perderam a vida” (FRANÇA, 2003, p. 2).

A queda do muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria não significaram para a humanidade a instauração de um período de paz. O fracasso de uma modernidade que desejava a tolerância e o insurgir de inúmeras guerras étnicas e religiosas colocaram a temática da paz como um dos principais pontos da agenda do fim do século passado (GUIMARÃES, 2000b).

Tais conflitos levaram os líderes mundiais e muitos cidadãos, por meio de organizações de base – as ONGs –, a equacionar a questão da guerra a partir da seguinte idéia-chave: as guerras originam-se em conflitos que devem ser transformados ou mesmo prevenidos sem consentir que declinem em conflitos armados. Assim, na virada de século também são mudados os paradigmas no interior dos movimentos para a paz. Antes, tais movimentos, pacifistas, cotejavam as políticas militaristas dos governos. Agora, os movimentos para a paz ocupam-se de uma gama cada vez mais diversificada de áreas de intervenção, a saber: a implementação dos Direitos Humanos,

da democracia, da justiça social, da proteção do ambiente, da solidariedade internacional e da igualdade do gênero.

A cultura global favoreceu a percepção das necessidades mundiais, e o desenvolvimento de tecnologias da comunicação possibilitou a integração e a (inter) dependência entre os membros do planeta. Ao mesmo tempo, o desmantelamento dos blocos econômicos provocou um processo de desvelamento da realidade circundante, um desnudamento da pobreza e uma tomada de consciência da miséria e a abissal desigualdade – instaladas em muitos países. As situações da degradação do ambiente, da economia e da cultura fazem a humanidade experimentar o problema da fragilidade do ser e arrolar uma agenda ética comum.

2.1 A emergência da paz hoje

A paz tem emergido, agora, não só como clamor e desejo universal, mas como um dos campos no qual opera certo consenso, em que a civilização ocidental explana sua idéia de bem. Os estudos sobre a paz começam a se libertar do império dos estudos militares ou sobre a guerra, para ganhar autonomia e abrangência própria. A problemática da paz está sendo circuns-crita de modo compreensivo, desde assuntos do psiquismo humano ou da organização socioeconômica e política, abarcando igualmente a dimensão cultural. As análises compreendem desde a recusa categórica de que a guerra esteja inscrita no programa genético humano até a proposição de novas perspectivas e passam “pelo desnudamento dos mecanismos de constituição de uma cultura de violência e pelo conhecimento do papel de certas agências, na expressão e produção da cultura de violência” (FRANÇA, 2003, p. 6-7).

Esse interesse mundial fez a ONU declarar o ano 2000 como o “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e manter, por meio da Unesco (sua agência especializada), um programa específico para a promoção da cultura de paz; o que seu diretor à época, Federico Mayor, justificou plenamente ao recordar que a Unesco foi fundada para instaurar a paz por meio da educação e da cultura.

A maior parte dos estudos, em diferentes enfoques e recortes, caminha no sentido de confirmar que a obra da educação em geral e a elevação do nível escolar em particular são a primeira alavanca para se implementar uma cultura da paz.

Os dirigentes mundiais, sabedores de que a empreitada de mudar as mentalidades a favor de uma cultura para a paz não se exaure nem de longe num ano, levaram a ONU a proclamar a década de 2001 a 2010 como a “Década Internacional da Cultura para a Paz e da Não-Violência”.

A Unesco criou, então, um programa mundial, a partir do texto redigido por um conjunto de personalidades agraciadas pelo prêmio Nobel da Paz. Tal texto traduziu-se no “Manifesto 2000”, que apresenta como tópicos fundamentais as seguintes orientações: respeitar todas as vidas, rejeitar a violência, partilhar a generosidade, ouvir para compreender, preservar o planeta e (re)inventar a solidariedade.

2.2 A prevenção de conflitos

A tomada de consciência coletiva dessas novas perspectivas leva à temática da prevenção de conflitos como nova estratégia e aplicação da não-violência, fundada no pressuposto de que a prevenção é melhor do que a cura. O imperativo da prevenção dos conflitos violentos tornou-se cada vez mais manifesto por várias razões: as guerras civis causariam sofrimentos maciços e abissais violações dos direitos humanos; os custos dessas catástrofes humanitárias seriam (e são) visíveis não só nos sofrimentos humanos, mas, também, nos custos políticos e sociais do aniquilamento da democracia, dos sistemas políticos e até mesmo na desintegração dos Estados; os excessivos custos das operações humanitárias e da manutenção das forças militares da ONU colocariam em xeque a própria estrutura da cooperação – só uma pequena parte desses custos é investida nas atividades de prevenção de conflitos; os conflitos violentos estariam a ameaçar a segurança internacional; as respostas habituais da comunidade internacional seriam inadequadas. Todos esses fatores levam a concluir que a prevenção dos conflitos é necessária e possível!

2.2.1 A estratégia: efetivar o caminho da não-violência!

É necessário pensar a não-violência. Ao dizer não à violência, aquela que dominou a história da humanidade, o ser humano criou o conceito da não-violência. Essa noção está mais do que nunca no centro dos debates. Marcada pela coragem, o amor à liberdade e o domínio de si mesmo, a não-violência acaba por ser o oposto de uma atitude absorta e passiva. Criadora, atuante, pode acelerar a dinâmica social, favorecer a justiça e a democracia.

As sociedades contemporâneas têm grande necessidade desse mecanismo para se libertarem do império de todas as formas de violência — política, econômica, cultural — que privam os seres humanos do seu direito à palavra e mesmo à vida. O sucesso da não-violência é também o do debate democrático, ou seja, do diálogo entre cidadãos, a fim de decidirem seu destino comum (D'AGNINO, 1994). Para melhor compreender os desafios éticos e políticos da não-violência, é necessário ter presentes a sua história e as diferentes figuras que a encamparam, passando de uma cultura a outra ao longo do tempo.

2.2.2 A construção da paz pela prevenção e mediação dos conflitos!

A Unesco define cultura de paz como o conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e modos de vida fundados sobre uma série de aspectos, como, por exemplo, o respeito à vida, ao princípio de soberania, aos direitos humanos, à promoção da igualdade entre homens e mulheres e à liberdade de expressão, o compromisso de resolver pacificamente os conflitos, os esforços desenvolvidos para responder às necessidades planetárias e a promoção do desenvolvimento dos povos e entre eles.

O conceito de cultura de paz reconhece que a paz tem, além de raízes sociais, econômicas e políticas, uma base cultural. A cultura, por um lado, diz respeito às expressões produzidas e criadas pela humanidade e, portanto, como uma realidade ligada ao ato de aprender, transmitir, educar; por outro, como aquilo que subjaz a essas mesmas expressões. Aqui o conceito de paradigma pode ser esclarecedor. E é exatamente nesse sentido que se quer conduzir esta reflexão sobre cultura de paz, servindo-nos especialmente da categoria de transição ou mudança de paradigmas.

Igualmente o conceito da paz é redefinido. Paz não é só a ausência de guerra. Cada vez mais a paz é vista como um processo dinâmico, que estrutura as nossas vidas, processo participativo em longo prazo, alicerçado em valores universais e praticado cotidianamente na família, na escola, na comunidade local, na nação, nos centros mundiais — universidades e institutos da paz — nos quais estão a redefinir as novas estratégias internacionais para a paz. Não se pensa só na reconstrução após as guerras, mas é posto o acento na transformação dos conflitos e, na medida do possível, na sua prevenção, transformando-os em processos de cooperação antes de declinarem em

guerras e destruições. A “idéia-força” está na educação para a não-violência. A não-violência ativa também se aprende e essa aprendizagem faz-se de práticas pedagógicas, tais como a escuta ativa, o diálogo, a mediação e a cooperação (CANDAU, 1999).

Cada vez mais pessoas no mundo se convencem de que a cultura da paz é de responsabilidade de cada cidadão. Por isso, o Manifesto 2000 procura afirmar a idéia de que é o indivíduo, mais do que o Estado, o responsável, o ator central para a criação de um mundo de paz. A cultura para a paz está-se transformando num movimento global – movimento de movimentos –, no qual cada um, trabalhando para os direitos humanos, praticando a não-violência, a democracia, a justiça social, o desenvolvimento sustentado e a igualdade do gênero, sente-se unido, numa grande aliança, em favor de uma transformação social.

3 O CENÁRIO BRASILEIRO

Estudos recentes divulgados pela Unesco informam que a taxa de mortalidade no Brasil caiu de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 573 em 100 mil habitantes, no ano de 2002. Isso poderia ser considerado perfeitamente um fator de avanço no que se refere à instituição de uma cultura da paz. Entretanto, a taxa referente aos jovens cresceu, passou de 128 para 137 em 100 mil, no mesmo período, e as principais causas da mortalidade juvenil são os homicídios e os acidentes de trânsito. Ainda, segundo esses estudos, a cada 13 minutos um brasileiro é assassinado; a cada 7 horas uma pessoa é vítima de acidente com arma de fogo; um cidadão armado tem 57% mais chances de ser assassinado do que os que andam desarmados; as armas de fogo provocam um custo ao SUS de mais de 200 milhões de reais por ano; no Brasil, por ano, morrem cerca de 25 mil pessoas vítimas do trânsito e 45 mil morrem vítimas de disparos de armas de fogo.

Vale a pena ressaltar que a situação brasileira merece destaque mundial. Nesse sentido, os números da violência no Brasil são alarmantes e exigem a mobilização imediata da sociedade. De acordo com a Organização das Nações Unidas, a nação brasileira é a que mais mata com arma de fogo no mundo. Nos últimos vinte anos, o número de brasileiros assassinados aumentou 237%. Entre 1991 e 2000, o crescimento foi de 50,2%. Todos os anos uma média de 50 mil pessoas é assassinada no País; cerca de 45 mil são vítimas do uso de arma de fogo. Destaca-se a dimensão das tragédias provocadas pela banalização do uso de armas de fogo porque cerca de 65%

dos assassinatos, nessas circunstâncias, são cometidos por cidadãos sem antecedentes criminais, e 70% ocorrem por motivos fúteis¹.

Faz-se pertinente pontuar, a partir desses indicadores, que o problema da violência e seus efeitos no cotidiano das famílias brasileiras não se restringe ao fato de existirem violências cuja materialidade consiste somente no uso de armas de fogo. Muito embora aqui não seja possível o aprofundamento da questão, cabe considerar que, dentre as realidades de violências, estão presentes as mais diversas formas de abusos: agressão física e moral; violência psicológica, contra as mulheres, contra as crianças/adolescentes, ou, ainda, violências contra as diversidades étnicas e culturais. Violências sutis nas suas mais diversas formas de manifestação, que, em muitas situações, por mais contraditório que possa parecer, são cometidas pelos próprios organismos e instituições que, pelo menos no plano formal, estão ancoradas nos princípios da garantia e da defesa de direitos².

Essa situação se agrava a partir do momento em que se estabelecem relações diretas entre essas materialidades violentas e a construção dos instrumentos mediadores das relações humanas, que também são materiais, sejam elas estabelecidas entre adultos, adultos e crianças, ou, ainda, entre crianças e adolescentes.

Assim, não há mais espaço para omissão quanto à necessidade de reflexão, e devem haver efetivas ações pedagógicas de educação formal/informal para o enfrentamento do problema.

Acredita-se, como Paulo Freire (1997, p. 274), que:

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra que, o contra quem, são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.

4 O CENÁRIO CATARINENSE

Gilberto Dimenstein (1999, p. 7), articulista da “Folha de São Paulo”, comentando pesquisa realizada na Capital catarinense em 1998, argumenta que:

1 Ver em Mapa da Violência IV: os Jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania. Brasília: 2002.

2 Sobre essa temática, sugere-se a leitura da obra Entre violentados e violentadores (1998), de Josiane Petry Veronese (professora da UFSC).

[...] Florianópolis registrou 29 homicídios. Traduzindo: cinco mortes para cada 100 mil habitantes. Com uma população de 300 mil pessoas, a capital de Santa Catarina fez dessa estatística um pólo de atração de migrantes refinados, cansados da violência urbana, e viurou notícia, por ser a taxa mais baixa entre as capitais brasileiras.

Em resposta a esse resultado, aparece a tese do “capital social” – e também uma explicação sobre como as cidades podem ajudar ou não a aliviar a violência, diz Dimenstein³. Havendo, por exemplo, numa comunidade um *adolescente ou um jovem adulto* (grifo nosso) com conduta agressiva ou desviante, mas com lideranças capazes de orientá-lo, o capital social⁴ daquela comunidade seria alto. Todavia, quando a conduta desviante é enaltecida, o poder é exercido por gangues, as famílias são conflitivas etc., o paradigma passa a ser “a marginalidade” – agrega o autor, e o capital social, assim, é baixo ou inexistente.

Inúmeras pesquisas cotejadas na mesma problemática, até mesmo com recortes diferentes, apontam resultados semelhantes a esses. Algumas evidenciam que países chamados periféricos, dentre eles o Brasil, são assinalados por profundas desigualdades, por migrações para centros urbanos com fortes apelos de consumo, e isso é um dos fatores da destruição dos laços familiares e comunitários constituídos nas cidades de pequeno porte, em razão do desemprego, ou subemprego – e, por conseqüência, dificuldades materiais de subsistência –, falta ou dificuldade de acesso à Justiça e de segurança pública. Para além desses fatores, há problemas assentados na gênese da formação social, política e cultural da sociedade brasileira que gestam, reproduzem e aprofundam violências, tais como as praticadas contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos e outros grupos sociais. Não é à toa que as pesquisadoras Azevedo e Guerra (1989), ambas do Laci/USP,

3 Dimenstein (1999, p. 7) define “capital social” como “a medida das relações que um indivíduo tem. Relações capazes de integrá-lo e fazê-lo prosperar, desviando-se a percepção de marginalidade. É medido pela força das igrejas [...], da família, da escola, dos centros de saúde e comunitários, dos espaços para lazer”. cit, p. 7). Contudo, há divergências sérias quanto a essa tese para o caso brasileiro. Mas, nos limites de um artigo, é impossível resumir a complexidade dos argumentos trazidos por vários autores. Entretanto, sugere-se a leitura de ensaios e obras de Jessé Souza, um dos nossos mais ilustres sociólogos brasileiros, atualmente, quando trata da temática da cidadania e da construção social da sub-cidadania brasileira, nos quais coloca a idéia aqui resumida: a tese do capital social não se aplicaria a países periféricos, como o Brasil, porque não teríamos “capital econômico” e “capital cultural” existentes nos países centrais (SOUZA, 2003).

4 O conceito de “capital social” foi desenvolvido por Pierre Bourdieu em 1976, ao discutir a idéia de campo, ou campo científico, como sendo um espaço no qual se manifestam relações de poder, o que implica em dizer que ele, o capital social, estrutura-se a partir da distribuição desigual de poder e da autoridade. O conceito foi e é revisitado por dispares estudiosos de diferentes áreas, de modo convergente, cotejado ou modificado.

em várias de suas obras, denunciam que o Brasil é “rico, macho, branco e adultocêntrico”.

Retomam-se aqui as considerações de Dimenstein (1999, p. 7), pois esse afirma que a capacidade de as cidades lidarem com a violência vai estar “[...] diretamente associada à sua habilidade em aumentar o capital social, não só distribuindo renda, mas apostando em espaços de convivência e integração”.

A partir dessas considerações, é possível ventilar uma hipótese que remete à necessidade de se instituir processos pedagógicos capazes de intervir na própria constituição de hábitos socialmente estabelecidos, que têm como ponto de partida a execução de ações cuja centralidade esteja em viabilizar processos de desarmamento⁵. Entretanto, as questões referentes às estratégias de desarmamento não podem deixar de considerar os aspectos subjetivos que envolvem a problemática da violência. O fato de a sociedade passar a ter uma atitude de entrega das armas de fogo, considerando os índices anteriormente apresentados, deve estar associado a uma predisposição subjetiva do desarmar-se, no sentido de rompimento da cultura e do hábito do medo, do medo do outro, abrindo espaços para o diálogo, para a conversação, para novas formas de relações sociais, mais solidárias, verdadeiras e humanizadas.

Assim sendo, instituir processos pedagógicos de sensibilização da sociedade brasileira para a necessidade urgente do estabelecimento de uma cultura da paz é uma tarefa que compete a todos e é responsabilidade inerente a algumas profissões, que deve ser adotada institucionalmente no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tal urgência possui uma dimensão factual, ou seja, corre-se, atualmente, o sério risco de, em pouco tempo, verem-se comprometidas, de forma definitiva, todas as possibilidades de perpetuação da espécie humana, tendo em vista os indícios presentes na realidade que desfila ante olhares tão acostumados com a ausência da paz. Preparar o olhar, as subjetividades e transformar a realidade da ausência de paz num termo muito simples, ou seja, o “desarmar-se” é tarefa preponderante e vincula-se diretamente às possibilidades de constituição de uma sociedade democrática, ancorada nos princípios de inclusão social, ética de defesa da vida, cidadania e justiça (também nos pressupostos da justiça-mediada⁶).

5 Não só no sentido de entregar armas de fogo, mas desarmar os espíritos sempre prontos à beligerância e ao confronto.

6 Nessa perspectiva, sugere-se ver o Projeto Casa da Cidadania do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, disponível em <http://www.tj.sc.gov.br>

5 PROJETO AGENTE DA PAZ: CONSTRUÇÃO, PRESSUPOSTOS E TRAJETÓRIA

5.1 Breves comentários

Hoje se pode dizer que a segunda pedagogia-escolar está no aprender a (co)existir, e que essa atitude se tornou tão fundamental como o era na primeira: ler, escrever e calcular. A busca da paz supõe, também, estar coligada a porta-recurso às ciências humanas. Biólogos reunidos em Sevilha – nos anos de 1986 do século passado – fizeram a seguinte declaração: “a biologia não condena a humanidade à guerra. A mesma espécie que inventou a guerra é capaz de inventar a paz. A responsabilidade é de cada um de nós” (UNESCO, 1986).

Partindo dessa suposição e “idéia-chave”, o Projeto Estadual Agente da Paz adota o conceito de que paz e violência não são fenômenos naturais ou manifestações do processo vital, mas dizem respeito à esfera das relações humanas e sociais, e, como tais, devem ser abordados. Como lembrado por Sonia Passos (2001), disse Chico Buarque de Holanda — um dos nossos maiores poetas recentes e expoente da música genuinamente brasileira — “você que inventou o pecado, esqueceu de inventar o perdão; você que inventou a tristeza, ora tenha a firmeza de desinventar”.

A “Educação para a Paz”, seja na formação de professores e demais educadores sociais ou comunitários, seja por meio das atividades e ações práticas, parece ser o espaço educativo no qual as pessoas podem “desinventar a violência”, firmando-se como cidadãos ativos pacifistas, de direitos humanos e de cidadania, que se inserem no quadro global da humanidade que caminha em direção à paz, a fim de arquitetar frentes de promoção dos novos paradigmas.

5.2 O Agente da Paz Estadual

O Projeto Agente da Paz nasceu por iniciativa da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), por meio da Comissão Estadual Pró-Infância e Juventude da AMC – presidida pela Juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso –, em parceria com o Poder Judiciário estadual, Poder Legislativo estadual, Poder Executivo estadual por intermédio de suas Secretarias Estaduais de Educação, Ciência e Tecnologia, de Saúde e da Segurança Pública e

Defesa do Cidadão, Ministério Público estadual, Universidade Estadual de Santa Catarina – Udesc —, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundação Maurício Sirotski Sobrinho — RBS.

É importante lembrar que toda essa realidade de violências presente no cotidiano dos brasileiros vem merecendo destaque e preocupação por parte de nossas autoridades, sejam elas do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário. Nisso, pode-se destacar “O Pacto pela Paz”, instituído pela ONU, do qual o Brasil é signatário. A “Declaração e Plano de Ação para uma Cultura de Paz”, aprovada por unanimidade pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 13 de setembro de 1999, elegeu a década 2001—2010 para a dedicação total a uma “Cultura de Paz e Não-Violência” às crianças do mundo, “sendo obrigação dos países signatários o resgate de valores, atitudes, tradições e estilos de vida voltados para a Paz com sua incorporação a nossa conduta diária” (ONU, 1999).

O Projeto constitui um dos desdobramentos das campanhas em favor da paz que vêm sendo realizadas nos últimos anos em todo o mundo, em várias regiões do Brasil e em parte do Estado de Santa Catarina. Contudo, mais do que fertilizar tais campanhas – periódicas e pontuais – adota sua definição como “processo”, constituído a partir e com a constituição de uma rede de relações (inter) institucionais e (multi) profissionais, das esferas estatais e da sociedade civil organizada, aí envolvidos os três poderes da República, com a participação do Ministério Público (D'AGOSTINI; MOROSO, 2005; D'AGOSTINI, 2006).

Assim perspectivado, propõe a ampliação de ações parceiras para o enfrentamento da violência nas suas diferentes manifestações que, infelizmente, permeia e perpassa a nossa sociedade em escala crescente. Para tanto, um de seus escopos-meta é trabalhar no sentido de substituir a cultura da violência instalada – poder-se-ia dizer, institucionalizada –, por uma nova cultura: de paz (D'AGOSTINI, 2006).

As diretrizes principais partem de dois eixos: (a) formação de multiplicadores do Projeto e (b) ações pedagógicas desenvolvidas a partir dos ambientes escolares.

A idéia é promover, na Semana da Paz⁷ (5 a 12 de outubro), diversas atividades voltadas para a temática da cultura da paz, sem prejuízo das ações

7 Cabe registrar que a Semana da Paz como Lei Estadual já é uma realidade no Estado de Santa Catarina. Constitui resultado de amplos esforços e articulações entre os três poderes, representados no Projeto

desenvolvidas ao longo do ano. A eleição da “Semana da Paz” significa o coroamento das atividades, o momento no qual há exteriorização das ações. Nesse caso, as crianças e adolescentes que praticaram ações em prol da paz (entrega de armas de brinquedo, redações, poesias, peças teatrais, músicas etc.) se credenciarão ao título de “Agente da Paz”, conferido pelo Poder Judiciário em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (D'AGOSTINI; MOROSO, 2005; D'AGOSTINI, 2006).

O objetivo central do projeto é promover espaços de articulação, reflexão, formação e implementação de ações que têm como temática a cultura da paz, em todo o Estado de Santa Catarina. Na ótica dos idealizadores do Agente da Paz, a educação para a paz implica em um amplo processo participativo que busque mudar o nosso jeito de pensar, mudar nossos hábitos e promover o aprendizado da paz, da ética, da solidariedade e da cidadania-ativa (como fortalecimento e ampliação da democracia e da justiça) – em convergência-consonância com esse conjunto temático – idéias-força – proposto pela ONU e Unicef –, a ser desdobrado em sub-temas, de acordo com as necessidades e particularidades de cada local, comunidade escolar (aí abrangidos grupos e representantes comunitários) e sociedade em geral (D'AGOSTINI; MOROSO, 2005; D'AGOSTINI, 2006).

Desse modo, a escola apresenta um papel crucial no desenvolvimento do Projeto, por ser agência formadora de cidadania política, social e democrática, mas, antes e principalmente, como espaço de humanização das relações pessoais, (inter)pessoais e sociais (D'AGOSTINI; MOROSO, 2005; D'AGOSTINI, 2006). Daí a proposição para que o desenvolvimento do Projeto seja com as escolas e a partir delas, sem prejuízo de outros espaços institucionais e comunitários existentes, que venham a engajar-se no decorrer do processo (D'AGOSTINI; MOROSO, 2005; D'AGOSTINI, 2006).

O público-alvo do Projeto, portanto, são crianças e adolescentes integrantes ou não da rede de ensino público e privado, além dos pais, familiares, professores, autoridades e comunidade em geral.

Agente da Paz. A Lei n. 13.839/06 foi sancionada pelo Governador Eduardo Pinho Moreira, em 21 de agosto deste ano.

5.3 Um cenário local: Balneário Camboriú – primeiros sinais de mudança?

Cumpra aqui registrar, primeiramente, algumas razões determinantes do realce do município e comarca de Balneário Camboriú nesta parte do trabalho: (1) a proximidade geográfica entre os responsáveis pelo desenvolvimento do Agente da Paz e as instituições que compõem a rede de atenção às crianças e adolescentes constituem fator facilitador da necessária articulação interinstitucional; (2) o projeto efetiva-se com as escolas e a partir delas; (3) em decorrência do fenômeno da violência ocorrida no interior e entorno das escolas, surgiu a idéia de um diagnóstico que pudesse orientar as ações de enfrentamento da problemática.

A partir daí e para atender a esse objetivo, uma pesquisa⁸ foi levada a efeito, entre os dias 22 e 31 de maio do ano em curso, desdobrada em três grandes eixos temáticos: violência no meio escolar, familiar e social, que abrange toda a rede de ensino municipal. Do universo pesquisado, foram atingidos 13.225 alunos, 655 professores e 333 diretores, orientadores e funcionários. Do total dos questionários, foram analisados, por amostragem, 19,2% dos respondidos pelos alunos, a partir da 4ª série do ensino fundamental, e de 40,2% daqueles dos educadores, diretores e funcionários das instituições de ensino. Este espaço não se destina ao estudo aprofundado dos dados recolhidos, mas alguns merecem destaque, como, por exemplo: 3,9% dos adolescentes pesquisados foram vítimas de violência sexual doméstica. Parece pouco. Entretanto, se considerados os números absolutos, são 500 “vidas” ainda adolescentes que sofrem (ou já sofreram, até mesmo na infância) com esse tipo de violência tida como uma das mais cruéis e perversas, a qual, além de degradante e altamente destrutiva em todos os sentidos, vem acompanhada de violência psicológica ou física ou de ambas. Ademais, são praticadas justamente por quem teria o “poder-dever” de amá-los, protegê-los e educá-los⁹.

Outros dados levantados referentes a esse mesmo recorte: 51,2% “não denunciou por medo”, 20,2% “contou, mas não acreditaram”, 15,5% denunciou e, por consequência, houve autuação; esse tipo de violência

8 Cabe ressaltar que tal pesquisa decorreu a partir da iniciativa e esforço de instituições educacionais parceiras do Projeto, por meio de uma comissão instituída para esse fim, sob a coordenação (e sistematização) da direção do Colégio Unificado, desta cidade. Ademais, ela tem servido de estímulo e referência para outras comarcas, nas quais o Projeto vem sendo lançado.

9 Essa problemática pode ser vista de forma mais detalhada em meu livro, *Adolescente em conflito com a Lei... & a realidade!* 2003. Especialmente nos capítulos I e IV.

aparece em todas as escolas, independentemente da classe social dos alunos, demonstrando, assim, seu aspecto adjacente a fatores históricos e culturais, dentre outros.

Outros indicadores reveladores da questão da violência, dentro das escolas, nos seus arredores e no âmbito familiar e social, parecem ser bastante significativos. Contudo, mesmo já tendo sido publicados, ainda não se tem suficiente conhecimento, porque muito recentes para se fazer uma leitura quanti-qualitativa dos resultados. Além disso, estão sendo objeto de estudos dentro de várias comissões formadas para, de modo amplo, avaliar as políticas públicas direcionadas à população infanto-adolescente na comarca de Balneário Camboriú, o que certamente proporcionará uma mais intensa participação da sociedade na busca de soluções para díspares problemas ligados à área.

Partindo-se dessa ordem de idéias e reflexões, os dados apontados remetem e aconselham o redesenho das ações a serem efetivadas no local. E aí reside o que pode ser considerado como avanço substancial resultante da pesquisa realizada, na medida em que permite conhecer uma realidade que muitos insistem em não ver ou, de outro modo, esconder, ao argumento de que as várias formas de violência não ocorrem nos espaços, públicos e privados, que são considerados “seguros”, ou quando sustentam que o problema da violência é sempre “dos outros” (de outras instituições públicas ou de outras pessoas), no velho paradigma da transferência da responsabilidade.

Por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, o desfile cívico de 7 de setembro do ano corrente teve como tópico central o Projeto Agente da Paz. Quarenta escolas que compõem as redes de ensino municipal, estadual e privada, além de outras entidades públicas e civis, desfilaram com faixas, cartazes e alegorias que continham lemas e subtemas alusivos ao Projeto, que tinham como principais escopos (re) afirmar sua integração e, ao mesmo tempo, sensibilizar a comunidade em geral quanto à necessidade de construir uma “cultura de paz”, em substituição à “cultura da violência”. Essa iniciativa ocorre no espaço privilegiado da educação, exatamente aquele atingido pela pesquisa sobre percepção da violência e no qual, como parece decorrência lógica, devem ser centrados esforços para mudar a conduta daqueles que futuramente conduzirão os destinos da cidade¹⁰.

10 Em torno de 13 mil pessoas foram sensibilizadas – considerando-se alunos, pais e professores mobilizados, autoridades e público que se fizeram presentes.

De iniciativa da Secretaria Municipal da Educação, ainda foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação proposta de revisão curricular, no sentido de introduzir o ensino da “cidadania”, não como tema transversal, mas, sim, como disciplina curricular, que tem como “idéia-força” a linha de uma cidadania ativa e solidária, voltada às concepções e aos conteúdos que embasam o Projeto Agente da Paz. Tal idéia já foi aprovada pelo Conselho Municipal da Educação e pelos dirigentes de escolas, mediante as seguintes condições: apresentação de um projeto formado para esse fim – o que já vem sendo esboçado –, e sua posterior discussão em grupos de estudos, os quais deverão ser integrados, dentre outros, pelos responsáveis pela concepção e desenvolvimento do Projeto Agente da Paz (coordenadora pedagógica, Juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú – coordenadora-geral e idealizadora do Projeto –, e Promotor de Justiça da Curadoria da Infância e Juventude em atuação).

5.4 Algumas considerações conclusivas

Pelo nosso “olhar”, essas avaliações e novas proposições são indicativas de que o Projeto Agente da Paz começa a saltar do papel à prática, a fim de proporcionar o que Antônio Carlos Gomes da Costa chama de mudança de “conteúdo, de método e de gestão” no que se refere às políticas públicas de modo geral e, particularmente, daquelas ligadas à educação, exigidas pela Constituição da República e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/90), direcionando seus conteúdos à própria modificação de atitudes em relação ao tema da busca da paz.

Assim perspectivado, o tema da paz começa a ganhar um novo significado e norte. Hoje não é difícil constatar a sua emergência no debate político-social: em educação, fala-se da participação efetiva dos alunos e de seus pais na vida das escolas, em busca da promoção da paz; em políticas para a infância-adolescência, da necessária articulação entre os poderes constituídos e a sociedade e, do ponto de vista institucional, uma efetiva articulação entre todas as instituições, em especial as que diretamente se envolvem com a defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Tudo isso nos mostra claramente que, nos próximos anos, o processo de construção da paz tende a ocupar um lugar de destaque na agenda social brasileira e catarinense. Uma linha de projetos e programas inovadores

começa a se esboçar nessa área¹¹. Porém, ainda falta muito para o Brasil ter um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais que possa – sem vacilações e com compromisso ético, científico e político — ser considerado uma política de paz.

Para que isso ocorra, é preciso articular, num desenho institucional coerente – governo, sociedade e família —, ações que efetivem os direitos sociais, promovam a redução das desigualdades sociais, das discriminações, enfim, que estabeleçam, como valor absoluto a ser perseguido, a paz em todas as relações humanas.

A implementação dos objetivos do Projeto não deve ser turbada pelos limites ou impedimentos que ocorrem no processo de construção ou efetivação das ações a serem executadas, mesmo porque podem ser percalços inerentes a qualquer atividade humana. Como se trata de uma proposta aparentemente simples, mas ousada pela necessidade inicial de reflexão de cada um, a fim de motivar a prática de atos concretos pela e para a paz, atrai adeptos ou afasta aquele não disposto a mudanças. Mas todos são partes integrantes de nossa realidade: o “agente da paz” e o espectador, que são bem-vindos, pois recebem sempre mensagens de renovação do sentimento que mais tem impulsionado a humanidade ao longo da história: esperança.

Balneário Camboriú, 8 de setembro, de 2006.

6 BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. *A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2001.

AZEVEDO, M. A.; MENIN, M. S. S. (Org.). *A pedagogia despótica e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: onde psicologia e política se encontram*. São Paulo: Cortez/Fapesp, 1995.

BRASÍLIA. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Juventude, violência e cidadania, 2002.

11 Está em implementação um Banco de Idéias, no qual estarão descritas as ações que já foram desenvolvidas ao longo do ano de 2005 e as que já foram e serão efetivadas em 2006. Além disso, essa ferramenta permitirá a participação de todos, com a apresentação de sugestões para outras ações ou projetos que já estão em andamento e que tenham relação com o Projeto Agente da Paz.

CANDAU, Vera Maria. *Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho*. Rio de Janeiro: Nova-rica/PUC, 1999. (Mimeografado).

COSTA, Antonio Carlos Gomes. O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente. In: *Brasil Criança Urgente: a Lei n. 8.069/90*. São Paulo: Columbus Cultural, 1990.

CURY, Munir et al. (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

D'AGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: D'AGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-105.

D'AGOSTINI, Sandra Mári Córdova. *Adolescente em conflito com a lei... & a realidade!*. Curitiba: Juruá, 2003.

D'AGOSTINI, Sandra Mári Córdova; MOROSO, Sônia Maria Mazetto. *Projeto Agente da Paz: você quer a paz? Seja o exemplo: desarme-se!*. Florianópolis: AMC, 2005. Departamento da Família, Idoso, Infância e Juventude. Comissão Estadual Pró-Infância e Juventude.

_____. *Por uma nova Cultura de Paz: conhecer e reconhecer a violência para a busca de um novo caminho para a Paz*. Florianópolis: AMC, 2006. Departamento da Família, Idoso, Infância e Juventude. Comissão Estadual Pró-Infância e Juventude. 2006. Seminários Regionais de Formação.

DIMENSTEIN, Gilberto. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 maio 1999. Folha Cidades, Caderno Especial.

FRANÇA, Luís de. *Uma cultura para a paz: um programa*. Texto de 2003. Mimeografado.

FREIRE, Paulo. Desafios da educação frente à nova reestruturação tecnológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO DE ESTUDOS E APOIO COMUNITÁRIO. Brasília: MEC, 1997.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. A solidariedade é o nome da paz. *Sem Fronteiras*, n. 284, nov. 2000a. p. 33.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. Por uma cultura de paz. *Revista Mundo Jovem*, n. 303, ano XXXVIII, fev. 2000b. p. 19.

O CORREIO DA UNESCO. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, ano 14 (6), jun. 1986.

ONU. Assembléia-Geral das Nações Unidas. Resolução n. 58/11, 1999. Década internacional pela cultura de paz e não-violência para as crianças do mundo. 2001-2010.

PASSOS, Sônia Maria. Violência no meio escolar. Porto Alegre: 2001. Disponível em: <www.educapaz.org.br>.

RALWS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFM, 2003.

VERONESE, Josiane Petry. *Entre violentados e violentadores*. São Paulo: Cidade Nova, 1997.